



T2.3 Elaboração da estratégia comum para promover a integração regular de migrantes no mercado de trabalho agrícola

**Etapa n.º2: Cinco Estratégias de
Integração Local**

País e/ou Região: Portugal



Índice

I. Introdução	3
1. Sobre o projeto INTEGRALITY	3
2. A Estratégia de Integração Local - Portugal	4
II. Análise de Situação.....	7
1. Contexto Legal.....	7
2. Contexto Económico.....	7
3. Contexto Social.....	8
4. Implicações Estratégicas.....	9
III. Plano de Envolvimento das Partes Interessadas	12
1. Construir e Facilitar a Rede de Partes Interessadas do Projeto <i>Integrality</i>	12
2. Capacitação, Formação e Quadro Jurídico	14
3. Comunicação e Interação com a Comunidade	15
IV. Plano de Ação	17
V. Monitorização e Avaliação	22
4. Integração com a Avaliação do Projeto <i>Integrality</i>	26
5. Conformidade com RGPD e Regulamento de Proteção de Dados.....	27

I. Introdução

1. Sobre o projeto INTEGRALITY

“Estratégias multi-stakeholder para a promoção da Integração e Legalidade do emprego de migrantes e refugiados na agricultura - INTEGRALITY” é um projeto com a duração de 30 meses financiado pela Comissão Europeia, ao abrigo do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI, Projeto n.º: 101141197), iniciado em maio de 2024 e com o fim previsto para outubro de 2026.

O projeto *Integrality* irá promover o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia desenvolvida por várias partes interessadas, partilhada entre países participantes do projeto, de modo a encorajar a integração profissional de migrantes e refugiados na área da agricultura num enquadramento de legalidade e respeito pelos direitos dos trabalhadores. No centro da conceção de projeto está o reconhecimento da falta de consciencialização de pessoas migrantes ou refugiadas dos riscos de exploração e dos seus direitos como trabalhadores. Por outro lado, há uma necessidade de consciencializar os operadores da cadeia de valor agrícola acerca da existência de leis específicas a nível europeu para combater a exploração e os riscos que os empregadores correm ao adotar formas ilegais de trabalho.

Para este objetivo, o projeto irá promover atividades de capacitação e a troca de práticas europeias, visando assistir as autoridades locais no estabelecimento de parcerias entre vários intervenientes dentro dos seus contextos territoriais para a elaboração e implementação de estratégias para encorajar o emprego regular de migrantes e pessoas refugiadas no setor agrícola, com atenção particular à agricultura biológica. Ações de formações e atividades de consciencialização serão direcionadas a agricultores, associações de produtores, empregadores e empreendedores, com foco nas consequências legais e implicações éticas da exploração de migrantes.

O projeto irá também abordar os migrantes, refugiados, associações intermediárias e mediadores comunitários para sensibilizar e informá-los acerca da legislação nacional relevante e de redes de apoio locais que facilitam o emprego legal no setor agrícola. O projeto irá aprimorar as capacidades das autoridades locais no desenvolvimento de estratégias de integração de migrantes e refugiados no mercado de trabalho em parcerias locais e internacionais com vários intervenientes, e irá também melhorar o entendimento social e de intervenientes económicos acerca do enquadramento do trabalho legal e de redes territoriais. Adicionalmente, o projeto terá como objetivo alinhar as capacidades dos trabalhadores migrantes e refugiados com as necessidades laborais do território.

O consórcio do projeto é coordenado pela FELCOS Umbria (Itália) e envolve parceiros de outros 5 países da UE, nomeadamente: Chipre (ANEL & CSI), Itália (CIDID Onlus, A.I.A.B Umbria, ANCI Umbria), Grécia (KMOP e Thermi), Portugal (IMVF e CM Fundão) e Áustria (COMPASS).

2. A Estratégia de Integração Local - Portugal

Como parte do compromisso do projeto *Integrity* em encorajar a integração de migrantes no setor agrícola, a Etapa 2 foca-se no desenvolvimento de cinco Estratégias de Integração Local, cada uma adaptada ao contexto socioeconómico específico dos países participantes. A presente Estratégia de Integração Local Portuguesa é uma destas cinco, junto de estratégias que estão a ser implementadas na Áustria, Chipre, Grécia e Itália.

A Estratégia de Integração Local para Portugal visa abordar o desafio duplo de consciencializar os trabalhadores migrantes acerca dos seus direitos e promover práticas de emprego ético no setor agrícola. A etapa está assente sobre um extenso trabalho de pesquisa feito anteriormente que examinou vários aspetos e fatores que influenciam a integração de migrantes no setor agrícola doméstico. Esta é criada também sobre uma abordagem colaborativa e com vários intervenientes que envolve autoridades locais,

associações agrícolas e parceiros chave do setor, cujas visões, ideias e opiniões foram tomadas em consideração na fase anterior do projeto.

A estratégia irá preparar o terreno para alcançar os seguintes objetivos indicativos, assegurando que as partes interessadas - para além dos parceiros de projeto nacionais - que a irão aceitar, e que, para além de contribuírem para os objetivos imediatos do projeto, vão também estabelecer uma base robusta para o progresso da integração de migrantes e práticas de trabalho éticas a longo termo:

- **Reforço de Capacidades:** Reforço do conhecimento e das competências das autoridades locais para conceber e aplicar políticas que promovam o emprego regular dos migrantes em conformidade com a legislação nacional e da UE. Este trabalho preparatório irá focar-se em criar uma base para o desenvolvimento contínuo de capacidades após o fim do projeto.
- **Consciencialização:** Envolvimento das principais partes interessadas do sector agrícola, incluindo agricultores, associações de produtores e empregadores, de modo aumentar a sensibilização para as vantagens legais, éticas e financeiras de empregar trabalhadores migrantes de forma legal. Estes esforços irão estabelecer uma base para a consciencialização e diálogo contínuos.
- **Redes de Apoio:** Iniciar o desenvolvimento de uma rede de apoio regional, envolvendo ONGs, organizações de trabalho e outros agentes relevantes. Esta rede será desenhada para assistir os migrantes no acesso a oportunidades de capacitação e na conexão com recursos do mercado de trabalho, formando bases para mecanismos de apoio a longo prazo.
- **Alinhamento com a Legislação:** Dinamização de *workshops* e de atividades colaborativas para alinhar práticas agrícolas locais com as leis da UE e leis nacionais de prevenção da exploração e de proteção

dos direitos do trabalhador. Estes esforços abrirão caminho para melhorias contínuas de política e adesão às normas legais.

- **Avaliação e Comunicação:** Estabelecimento de bases para mecanismos de monitorização e avaliação para analisar e identificar as melhores práticas que podem ser adaptadas e replicadas em outras regiões. Este trabalho preparatório contribuirá para o desenvolvimento de estratégias expansíveis e sustentáveis para melhoras sistémicas.

Através desta abordagem preparatória, os parceiros nacionais estabelecerão uma base sólida para o alcance dos objetivos do projeto, enquanto implantam princípios de integração, legalidade e práticas laborais éticas a nível local e nacional. Esta estratégia localizada é parte de um esforço coordenado para o desenvolvimento das melhores práticas entre os cinco países participantes, permitindo uma aprendizagem transnacional e estimulando um compromisso ético partilhado e práticas laborais legais. Através da conclusão desta etapa, Portugal irá obter um esquema de integração orientado, replicável e expansível que contribui para esforços institucionais e sociais mais amplos de modo a reforçar o setor agrícola enquanto protege os direitos e o bem-estar dos trabalhadores migrantes.

II. Análise de Situação

1. Contexto Legal

Portugal possui um enquadramento legal compreensivo para refugiados e migrantes, alinhando-se com as diretrizes e convenções internacionais da União Europeia. A Lei N.º 23/2007, agora na sua 16ª versão, foi aprovada pelo Decreto-lei N.º 37-A/2024 a 3 de junho de 2024. Esta lei "define as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto de residente de longa duração." Em conformidade com o Acordo CPLP, a emissão de vistos e de títulos de residência para nativos de países pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é simplificada, como consta no Artigo 52 e 87-A desta lei.

Contudo, os planos de integração já existentes carecem de compromisso - a legislação é ajustada frequentemente, havendo frequentes mudanças de prioridades políticas, levando a inconsistências na sua implementação prática e desalinhamento entre intervenientes. A transição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para a nova Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) em 2023 pressionou um sistema já sobrecarregado, contendo cerca de 400.000 pedidos de residência herdados do SEF, agravando os atrasos e incertezas para os migrantes que procuram estatuto legal em Portugal. Adicionalmente, entraves burocráticos, como procedimentos excessivos e incumprimento de prazos de entrega, continuam a dificultar o emprego e integração de trabalhadores migrantes.

2. Contexto Económico

A economia portuguesa tem demonstrado resiliência e um crescimento estável após as perturbações globais causadas pela pandemia COVID-19 e pela guerra na Ucrânia. Apesar da agricultura contribuir menos de 2% para o

PIB do país, o setor tem um papel económico crucial devido à sua forte capacidade de exportação.

Contudo, o setor está a encarar uma crise laboral, com uma mão de obra envelhecida (mais de 50% têm mais de 55 anos) e com condições de trabalho pouco atraentes - o salário médio agrícola (975€) é significativamente mais baixo que a média nacional (1,670€).¹ Como resultado, os produtores agrícolas estão cada vez mais a depender do trabalho migrante para manter os níveis de produção.

Apesar disto, a rotatividade de trabalhadores migrantes é alta, que habitualmente preferem mudar para um setor ou país diferente, o que cria desafios relacionados com o recrutamento e a formação para as empresas. A natureza sazonal no trabalho agrícola também é uma preocupação, o que é parcialmente remediado pelos intermediários e agências de trabalho temporário. Em Portugal, as Empresas de Trabalho Temporário (ETT) geralmente operam dentro de um enquadramento legal, assegurando contratos adequados, seguro de trabalho e habitação para os trabalhadores. Porém, um problema significativo surge com as empresas prestadoras de serviços que funcionam de maneira similar às ETTs, mas sem estas proteções essenciais. Estas empresas exploram frequentemente trabalhadores migrantes, cobrando taxas pelo tratamento de documentação e fornecendo habitação sobrelotada e inadequada, e cobrando valores de renda inflacionados. Mesmo que estas entidades possuam um papel na oferta de mão de obra, os intervenientes económicos sugerem uma maior fiscalização destas entidades para prevenir práticas ilegais.

3. Contexto Social

O aumento de migrantes nos últimos anos trouxe desafios relativamente à sua integração, sendo que muitos destes se assemelham àqueles

¹INE. (2024). Remuneração bruta mensal média por trabalhador [Boletim de Imprensa]. <https://ine.pt>

enfrentados pelas comunidades locais, como a habitação e o acesso a serviços públicos. Enquanto que, de um modo geral, a necessidade e a importância dos migrantes no setor agrícola é apoiada pelos empregadores e pelas associações de trabalhadores, as comunidades locais enfatizam a necessidade de assegurar que esse emprego é legalizado e que está associado a condições de trabalho e de vida dignas.

Os CLAIM (Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes) têm um papel essencial nesse controlo, uma vez que agem como elo de ligação ao longo da jornada do migrante, oferecendo suporte burocrático em áreas que as empresas e os trabalhadores públicos não o conseguem fazer, e ajudam a solidificar relações de confiança com a comunidade migrante. Contudo, o funcionamento de muitas destas instituições não é sustentável, pois o seu financiamento é instável e dependente de projetos. Os Planos Municipais para a Integração de Migrantes complementa os CLAIM, servindo como ferramentas chave para a compreensão das comunidades migrantes a nível local. Elas definem estratégias coordenadas entre várias entidades, apoiando a integração mais ampla dos migrantes na sociedade portuguesa.

A alta rotatividade de migrantes, particularmente nas zonas rurais, leva a um sentimento de desconexão por parte das comunidades locais relativamente à presença de migrantes, enquanto que o ajuntamento destes em grandes comunidades urbanas levanta preocupações no que diz respeito à segurança. As comunidades locais valorizam quando os migrantes são bem-sucedidos em integrarem-se a longo prazo, o que pode ser uma oportunidade valiosa para as autoridades locais, especialmente em zonas rurais, para revigorar as suas regiões - muitas das quais possuem grandes desafios demográficos - e criarem oportunidades melhores para todos as pessoas residentes.

4. Implicações Estratégicas

Olhando para o futuro, é crucial que as autoridades nacionais clarifiquem o seu posicionamento em relação à migração e que se comprometam com

uma estratégia duradoura. Estas devem apoiar as entidades responsáveis pela implementação de políticas de migração ao atribuir verba dedicada aos CLAIM no orçamento de estado, equipando a AIMA com as ferramentas necessárias para gerir as exigências burocráticas da regulação da população migrante e promovendo sistemas de apoio eficazes para as autoridades locais e ONGs. Acima de tudo, é essencial a promoção de um alinhamento estratégico entre todos os intervenientes dentro dos enquadramentos de integração existentes, o encorajamento de partilha de informações e a definição clara de responsabilidades.

A recuperação económica pós-COVID não só reforçou a necessidade de trabalho migrante, como também expôs as fraquezas que persistem na integração de trabalhadores migrantes em zonas rurais. Muitos dos desafios encarados pelas comunidades locais - como a falta de habitação, o acesso limitado a cuidados de saúde e os serviços públicos insuficientes - são ainda mais graves para os migrantes. É, então, necessária a inclusão das populações migrantes nas soluções propostas para estes problemas mais amplos. As políticas públicas deveriam também encorajar o assentamento de migrantes a longo prazo, de modo a reduzir a sua rotatividade que impacta negativamente a produtividade económica dos migrantes e a sua aceitação na comunidade.

A digitalização pode também ser uma ferramenta poderosa para facilitar a integração de migrantes, oferecendo um acesso mais cómodo a informação acerca dos seus direitos e deveres, bem como simplificando processos administrativos. Contudo, as ferramentas digitais devem ser adaptadas para o seu público-alvo. Muitos migrantes, especialmente na agricultura, têm dificuldades com a linguagem utilizada nestas ferramentas ou não possuem acesso aos mecanismos para lhes aceder. Para tornar a digitalização realmente inclusiva, as vias de comunicação deveriam ser diversificadas.

A perceção do público relativamente à migração tem sido cada vez mais influenciada pelas narrativas extremistas baseadas em desinformação. Como tal, a comunicação possui um papel muito importante na integração dos

migrantes. Por isso, é urgente a promoção de narrativas positivas e o destaque dos benefícios da integração bem sucedida de migrantes.

De um ponto de vista económico, é inquestionável a necessidade de trabalhadores migrantes por parte dos produtores agrícolas. Desta forma, os esforços de formação devem ser adaptados para enfrentar dois principais desafios: as necessidades técnicas identificadas pelos operadores económicos e as competências sócio comportamentais necessárias para apoiar uma integração harmoniosa na comunidade local, como por exemplo, o ensino de línguas. Ajustes burocráticos, como permitir que os migrantes se matriculem em programas de formação enquanto aguardam a aprovação de documentação, poderiam facilitar esta integração. Adicionalmente, os conteúdos formativos poderiam contemplar a inclusão de *workshops* dados em línguas estrangeiras e estruturados com durações apropriadas para assegurar a sua eficácia e impacto. Finalmente, os trabalhadores do setor público poderiam receber formação na área das competências interculturais e nos aspetos legais de trabalhar com migrantes.

Concluindo, todos estes pontos necessitam de um reforço na cooperação entre intervenientes e um maior aproveitamento das forças de cada um deles. Eles baseiam-se e reforçam o princípio que indica que as pessoas migrantes não devem ser vistas unicamente como mão-de-obra, mas sim como indivíduos com necessidades, mas que também podem fazer contribuições valiosas na construção de uma comunidade próspera, em linha com os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Caso seja implementado corretamente, este plano de ação servirá como um catalisador para a revitalização de comunidades, muitas das quais têm encarado um declínio de população e estagnação de inovação, ao encorajar uma renovação demográfica, social, cultural e económica.

III. Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas enfatiza a necessidade de estabelecer uma coesão sustentável através do envolvimento de vários intervenientes, tais como entidades públicas, sociais e económicas, bem como outros agentes relevantes. Ao integrar perspetivas diferentes e ao responder a várias necessidades, o plano tem como objetivo reforçar o compromisso, facilitar a partilha de conhecimento e promover um sentido de responsabilidade partilhada entre todos os participantes.

O plano foi criado com uma maior atenção à flexibilidade, permitindo ajustes e adaptações que respondam às circunstâncias que se possam desenvolver e às diferentes realidades regionais. Esta adaptabilidade assegura a sua relevância contínua durante e após a duração do projeto, alinhando-se com as necessidades variáveis e com as capacidades de todos os intervenientes.

Certas medidas propostas estão diretamente relacionadas com as atividades do projeto, enquanto outras são recomendações que complementam a ação do *Integrity* e devem ser implementadas durante ou depois do seu período de implementação.

1. Construir e Facilitar a Rede de Partes Interessadas do Projeto *Integrity*

A rede de partes interessadas irá reunir agentes chave envolvidos com a integração de migrantes no trabalho agrícola, incluindo municípios com atividade agrícola significativa, instituições públicas responsáveis pelo emprego e por serviços de segurança social, empresas agrícolas e associações de produtores que procuram melhorar o seu recrutamento e práticas de integração, ONGs dedicadas ao apoio de comunidades migrantes

e instituições acadêmicas que estejam a conduzir estudos sobre migração e inclusão social.

A rede irá servir como uma plataforma de troca de conhecimento, dando consultoria estratégica e oferecendo suporte técnico adaptado para responder a desafios regionais. Irá também agir como um dinamizador de comunicação entre diferentes grupos, incentivando a uma maior colaboração e melhorando a coordenação nos esforços de integração de migrantes. Esta abordagem proposta visa conciliar o envolvimento ativo com praticidade, assegurando que os intervenientes se possam manter envolvidos nas ações propostas sem serem sobrecarregados.

Para manter uma rede de intervenientes ativa e dinâmica, será fornecida ao longo do projeto uma combinação de oportunidades passivas e ativas de envolvimento de modo a permitir que diferentes intervenientes se envolvam de acordo com a sua necessidade e disponibilidade.

Será publicado um boletim informativo trimestralmente, dando atualizações sobre os desenvolvimentos recentes dentro do projeto *Integrity*, bem como de iniciativas relevantes criadas por membros da rede. Serão realizadas reuniões estratégicas quando necessário para apresentar novas iniciativas, partilhar resultados e explorar oportunidades de colaboração. Os intervenientes serão encorajados a participar em eventos importantes como conferências, seminários e mesas-redondas focadas na integração de trabalhadores migrantes. Adicionalmente, *workshops*, painéis de envolvimento comunitário e eventos interculturais poderão ser tomados como projetos suplementares de reforço à cooperação e de partilha de conhecimento.

Tendo em conta a dispersão geográfica dos intervenientes, serão priorizadas as reuniões *online* e a comunicação digital de modo a facilitar o envolvimento. Contudo, serão organizadas, quando necessário, visitas presenciais a regiões específicas para reforçar a colaboração e para assegurar um maior conhecimento dos contextos regionais.

O projeto irá também facilitar a inclusão de novos intervenientes durante a sua implementação, garantindo que todos os agentes interessados podem beneficiar do conhecimento e apoio prestado. Isto irá ajudar a aumentar o alcance geográfico das boas práticas implementadas pelo projeto, permitindo que mais regiões adotem modelos eficazes de integração de migrantes. Adicionalmente, a disseminação dos resultados principais e das recomendações a instituições públicas irá assegurar que o conhecimento e boas práticas desenvolvidas ao longo do projeto irão contribuir para a discussão de políticas e tomadas de decisão a nível nacional. Finalmente, a estratégia local poderá ser revisitada durante o projeto com a finalidade de incluir algum ajuste e adaptação que se mostre útil entre a rede de intervenientes.

2. Capacitação, Formação e Quadro Jurídico

Um dos aspetos chave identificados que poderia ajudar na integração de trabalhadores migrantes no setor agrícola foi o reforço das capacidades de todos os intervenientes envolvidos - dos próprios migrantes, trabalhadores públicos, empregadores e outros agentes relevantes. As atividades de formação e de capacitação propostas visam fornecer benefícios concretos às pessoas participantes no projeto *Integrity*, enquanto contribuem também para outras iniciativas relevantes no âmbito regional, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os planos de desenvolvimento municipais.

A capacitação de migrantes será uma componente crucial desta estratégia, pois irá fornecer-lhes competências essenciais para apoiar a sua integração tanto no mercado de trabalho como nas comunidades locais. As sessões de formação irão focar-se no conhecimento agrícola, equipando os migrantes com as competências necessárias para atender às exigências do setor agrícola. Adicionalmente, serão oferecidos cursos de língua portuguesa e inglesa de modo a facilitar a comunicação diária e profissional. Quando possível, estas sessões irão adotar métodos de ensino informais para assegurar a sua acessibilidade e participação. Os tópicos de formação serão

coordenados com intervenientes chave dos setores socioeconómicos para assegurar o seu alinhamento com as necessidades identificadas do mercado de trabalho. Concluindo os programas de formação, serão feitos esforços para conectar os migrantes participantes com os produtores agrícolas interessados em contratar mão-de-obra qualificada. Um objetivo a longo prazo desta iniciativa é encorajar os intervenientes a continuar a fornecer oportunidades de desenvolvimento de competência após o fim do projeto.

Para além da capacitação direta de migrantes, é igualmente importante que o conhecimento e as competências dos prestadores de serviços públicos que interagem com as comunidades migrantes sejam consolidados. Serão desenvolvidas sessões de formação para funcionários e prestadores de serviços públicos para melhorar o seu conhecimento acerca da legalidade, interculturalidade e boas práticas para a integração de migrantes. Para facilitar ainda mais as interações, será criado um folheto informativo nas línguas estrangeiras mais faladas entre as populações migrantes em Portugal. Este recurso irá ajudar os funcionários públicos a estabelecer uma comunicação inicial com migrantes recém-chegados e irá fornecer orientações essenciais para o acesso de serviços.

Para apoiar empresas agrícolas a navegar os procedimentos legais, o projeto irá também produzir uma ficha informativa para ajudar no emprego legal, que irá fornecer orientações claras para empresas que procuram empregar trabalhadores migrantes, sublinhando requisitos legais, práticas de recrutamento éticas e considerações importantes a ter para assegurar o cumprimento das leis laborais ao optar pela contratação externa através de empresas prestadoras de serviços.

3. Comunicação e Interação com a Comunidade

A perceção pública possui um papel crucial na integração bem-sucedida de trabalhadores migrantes. Como tal, será desenvolvida uma campanha de comunicação abrangente e uma estratégia de participação comunitária com o objetivo de promover narrativas positivas, de desconstruir ondas de

desinformação e de fomentar uma maior coesão social. Serão lançadas campanhas de sensibilização para sublinhar os benefícios da integração ética e legal de migrantes, abordando as contribuições económicas, os impactos demográficos e económicos e outros aspetos relevantes. Estas campanhas serão criadas para atingir uma audiência ampla, assegurando que as comunidades locais, dirigentes e empresas são informadas acerca dos efeitos positivos de uma política de migração bem administrada.

Este projeto irá combater as narrativas negativas ou enganosas relacionadas com as migrações ao promover informação fidedigna e ao partilhar exemplos bem-sucedidos da vida real de integração de migrantes. Serão mostrados estudos de caso e boas práticas de diferentes regiões para demonstrar o quanto as políticas inclusivas beneficiam tanto os trabalhadores migrantes como as comunidades locais.

Para apoiar as autoridades locais, o projeto irá desenvolver um pacote de comunicação que possa ser facilmente partilhado através de vários canais de comunicação. Este pacote irá incluir conteúdo adaptável para as redes sociais, jornais municipais, painéis publicitários e outras plataformas de comunicação tradicionais. Ao fornecer materiais prontos a usar, o projeto irá permitir que as autoridades locais alinhem as suas estratégias de comunicação com os objetivos mais amplos da integração de migrantes.

Para além do foco na comunicação, a promoção da interação entre migrantes e comunidades locais é também essencial para a coesão social. O projeto irá encorajar a organização de eventos de partilha cultural, onde grupos de migrantes podem interagir com habitantes locais e partilhar as suas tradições, gastronomia e experiências. Adicionalmente, serão organizadas visitas a propriedades agrícolas para permitir que membros da comunidade local tenham contacto em primeira mão com o trabalho agrícola realizado pelos trabalhadores migrantes. Estas iniciativas contribuirão para a quebra de estigmas, facilitando uma compreensão mútua e promovendo um sentimento de pertença dos migrantes nas suas comunidades locais.

IV. Plano de Ação

Período	Ação	Atividade	Tipo de Atividade P: Projeto E: Extra Projeto	Elementos	Atividades (T) ou Produtos (D) Relacionados com o Projeto <i>Integrity</i>	Intervenientes
2024 - 2026	1 Fundação e Participação dos Intervenientes	A Estabelecer um quadro de integração com vários intervenientes em Portugal	P / E	1 Boletim informativo digital para informar os intervenientes acerca das atividades, oportunidades e produtos do projeto, e para promover a participação ativa. 2 Reuniões de intervenientes para lançar novas atividades e oportunidades.	D1.8 Folheto de projeto T2.2 Participação e ativação das partes interessadas D2.4 Relatório das 3 reuniões de consulta T2.3 Elaboração de uma estratégia comum para promover a integração regular de migrantes no mercado de trabalho agrícola D2.3 Documento de trabalho, Diretrizes para a elaboração das 5 estratégias locais Etapa N°2: Cinco Estratégias Locais de Integração	Partes interessadas Públicas (governamentais e autoridades locais), Económicas e Sociais
		B Formação e consciencialização para empregadores agrícolas e operadores da cadeia de abastecimento	P	1 Disseminação da Estratégia Local de Integração Portuguesa 2 Práticas de emprego éticas e os benefícios da contratação legal	T2.4 Realização de <i>workshops</i> de consciencialização para os representantes das autoridades locais D2.5 Relatório dos 20 <i>workshops</i>	Partes interessadas públicas (autoridades locais)
		C Capacitação e envolvimento de mediadores comunitários	P	1 Organização de um curso de formação para os mediadores comunitários com foco na exploração no trabalho agrícola, técnicas de comunicação e	T4.1 Planeamento e realização de um "workshop" dirigido aos mediadores comunitários T4.3 <i>Workshop</i> para os mediadores comunitários desenvolverem o guião do vídeo T4.4 Realização dos vídeos	Mediadores comunitários de países terceiros

				consciencialização de problemas existentes. 2. Facilitação e disseminação de um vídeo dirigido às comunidades migrantes.	D4.1 10 relatórios das atividades realizadas nos <i>workshops</i> D4.4 10 vídeos (em 10 línguas diferentes)	
	D Sensibilização, formação e capacitação para migrantes no setor agrícola em Portugal	P		1 <i>Workshops</i> de consciencialização organizados pelos mediadores comunitários direcionados à população migrante local 2 <i>Workshops</i> relacionados com agricultura em colaboração com associações de agricultores 3 Cursos de português e de inglês ajustados à terminologia agrícola e do dia a dia 4 Formações promotoras de segurança e saúde para trabalhadores agrícolas	T4.8 Planeamento e realização de cursos de línguas D4.7 5 relatórios sobre a formação setorial linguística T4.7 Planificação e realização de formações sobre agricultura biológica D4.3 80 relatórios de atividades de sensibilização D4.6 5 relatórios da formação sobre agricultura biológica	Mediadores comunitários de países terceiros, trabalhadores do setor alimentar de países terceiros
2 Mediação entre produtores agrícolas e trabalhadores agrícolas	A Certificação de trabalhadores migrantes que participem nos <i>workshops</i> de formação do projeto <i>Integrity</i> e a sua inserção no mercado de trabalho	P / E		1 Colocação de migrantes capacitados em estágios remunerados em empregadores agrícolas	T4.9 Seleção de estágios para migrantes D4.8 25 planos individuais de estágio T4.10 Monitorização dos estágios T4.11 Realização de CVs dos migrantes em formato de vídeo	Trabalhadores de países terceiros no setor agroalimentar, intervenientes económicos
	B Apoio a empresas agrícolas que respeitem o emprego legal e ético de migrantes	P / E		1 <i>Workshops</i> de formação focados na legislação relacionada com direitos de emprego e trabalho de migrantes orientados a intervenientes económicos.	T3.1 Formação para os operadores das cadeias de abastecimento do setor agroalimentar T3.4 Atribuição do selo ético a empresas agrícolas exemplares no ramo da integração de migrantes	Intervenientes económicos, comunidades locais

				<p>2 Desenvolvimento do selo ético, em coordenação com empresas que demonstrem boas práticas relativamente à integração de migrantes</p> <p>3 Consciencialização para a importância da verificação da origem dos produtos e do seu impacto social e ambiental</p>	<p>D3.1 5 materiais de suporte à formação, 5 panfletos, 5 registos de presença</p> <p>D3.3 Materiais de divulgação para o concurso internacional</p> <p>d3.5 Acordos com 55 empresas biológicas</p>	
		C Compilação, reconhecimento e disseminação de boas práticas de integração de trabalhadores migrantes na agricultura	P / E	<p>1 Preparação e disseminação do Manual de Boas Práticas que inclua diretrizes inovadoras para a autoavaliação e partilha de operadores agrícolas que ajam em conformidade com as normas do trabalho migrante</p> <p>2 Criação de uma ficha informativa prática para apoiar a contratação legal em empresas agrícolas</p>	<p>T3.2 Preparação do Manual de Boas Práticas sobre a inclusão de migrantes no setor agrícola</p> <p>D3.2 1 Manual de Boas Práticas</p>	Intervenientes de empresas públicas (governamentais e autoridades locais) e económicas (operadores, empresas), etc.
2025 - 2027	3 Iniciativas de consciencialização, interação com a comunidade, disseminação e comunicação	A Campanhas de consciencialização sobre o impacto positivo dos migrantes a nível social, económico e demográfico em Portugal	P / E	<p>1 Organização de uma campanha de comunicação que inclua todos as partes interessadas que sublinhará: 1 Os benéficos da população migrante para países com rendimentos médios e altos, 2 Narrativas que contrabalancem a opinião pública negativa com histórias de integração bem-sucedida de migrantes em Portugal</p> <p>3 A importância que a mão de obra migrante legal tem no apoio ao setor agrícola.</p> <p>2 Eventos de intercâmbio cultural e discussões para promover a</p>	<p>T5.1 Mapeamento de campanhas de comunicação já existentes e dos agentes ligados aos temas de projeto nos países participantes</p> <p>D5.1 1 relatório sobre campanhas de comunicação realizadas ou que ainda estão a decorrer a nível europeu</p> <p>T5.2 Elaboração da Estratégia de Comunicação e de Alcance</p> <p>T5.3 Realização da campanha de Comunicação</p> <p>D5.3 5 panfletos sobre o projeto/5 cartazes que descrevam objetivos, atividades, resultados e contactos</p> <p>D5.4 5 Vídeos feitos de migrantes para migrantes sobre temas importantes</p>	Trabalhadores agrícolas de países terceiros, empresas agrícolas e comunidades locais

				coesão social entre a comunidade local e os trabalhadores migrantes	T5.4 Implementação de atividades de projeto de disseminação e visibilidade D5.5 5 Tutoriais a seguir para a realização dos vídeos: mediadores comunitários sugerem temas na área de integração D5.6 Entrevistas em vídeo: da comunidade de profissionais	
		B Disseminação dos resultados do projeto	P / E	1 Boletim informativo digital para disseminar as ações do projeto, oportunidades e produtos e promover a participação 2 Pesquisa e disseminação das conclusões acerca do emprego de Mediadores Comunitários como ponto de contacto entre trabalhadores migrantes, empregadores e comunidade local 3 Disseminação dos produtos do projeto na rede de Intervenientes e para outros agentes interessados na integração de migrantes	D1.9 História do projeto em formato de vídeo, resultados e aprendizagens T4.5 Coordenação e planeamento de ações de investigação T4.6 Realização de ações de investigação D4.5 1 publicação sobre ações de investigação D5.9 Vídeo de disseminação dos resultados do projeto D5.10 Artigos de imprensa	Intervenientes de empresas públicas (governamentais e autoridades locais) e económicas (operadores, empresas), etc.
2026 - 2028	4 Governança e sustentabilidade a longo prazo	A Motivar a adoção formal e o compromisso de políticas laborais para migrantes	E	1 Promover a importância dos Planos Municipais para a Integração de Migrantes condizentes com os ODS como pilares do planeamento local e regional 2 Apoiar a digitalização dos serviços e a partilha de informação entre diferentes intervenientes de modo a facilitar a monitorização da jornada de um migrante no país de acolhimento		Autoridades públicas e funcionários públicos

				3 Propor incentivos para o emprego ético para prevenir a exploração dos trabalhadores		
		B. Promover e monitorizar o envolvimento e cumprimento do emprego legal e ético por parte do empregador	E	1 Apelar à criação de incentivos apoiados pelo governo para empregadores que contratem legalmente e que forneçam condições de trabalho e de vida justas 2 Apoiar a criação de uma equipa de autoridades fiscais dedicada e capacitada para inspecionar possíveis violações das condições laborais de migrantes 3 Reforçar a supervisão de empresas prestadoras de serviços que dão emprego temporário a migrantes		Autoridades públicas, intervenientes económicos
		C Apelar a um reforço do papel dos CLAIM como órgão de apoio em toda a jornada de integração dos migrantes	E	1 Sugerir a criação de uma linha de financiamento dedicada e regular no orçamento de estado para as redes dos CLAIM 2 Disseminar pelos intervenientes envolvidos na integração de migrantes as valências e os recursos desta entidade		Autoridades públicas ONGs
		D Expansão para além da agricultura	E	1 Partilhar políticas com êxito e boas práticas como exemplos para outras indústrias, como a de serviços e a construção civil		Intervenientes públicos, sociais e económicos

V. Monitorização e Avaliação

A implementação bem-sucedida da Estratégia de Integração Local para o emprego migrante no setor agrícola em Portugal depende de um enquadramento de Monitorização e Avaliação (M&A) bem estruturado, promovendo assim o seu impacto geral e sustentabilidade a longo termo. Esta estratégia requer algumas diretrizes para acompanhar o seu progresso, avaliar a sua eficácia e ajustar as atividades do projeto e ações complementares para apoiar as práticas de integração de migrantes dos intervenientes sociais, públicos e económicos em Portugal.

A abordagem sugerida foi criada para evitar colocar um peso excessivo nas partes interessadas em participar nas atividades do projeto *Integrity*, e irá coordenar as ações sugeridas acima com métodos de avaliação e de garantia de qualidade presentes na proposta deste projeto e na D2.3 Diretrizes para Estratégias Locais.

Em vez de duplicar as atividades de avaliação do projeto *Integrity*, este enquadramento serve como um mecanismo que pode ser adotado por intervenientes relevantes. Será particularmente útil para monitorar as iniciativas de longo prazo que se estendam para lá da duração deste projeto, assegurando que estas mantêm a sua relevância e impacto.

A estrutura deste enquadramento foi feita para ser adaptável, permitindo que os intervenientes customizem a sua utilização conforme as suas necessidades e que tenham a possibilidade de incluir futuras melhorias.

1. Objetivos do Enquadramento M&A

A monitorização e o processo de avaliação irão focar-se em:

- Acompanhar o progresso dos objetivos estratégicos da integração de migrantes na agricultura.

- Identificar pontos fortes e responder a desafios presentes no processo de implementação.
- Reforçar a responsabilidade das instituições e intervenientes envolvidos.
- Encorajar a flexibilidade em adaptar as estratégias sugeridas às realidades locais e para responder a situações inesperadas.
- Facilitar a partilha de boas práticas e de conhecimento entre diferentes regiões e setores.

2. Componentes Chave no Mecanismo de M&A

Este enquadramento consiste em quatro componentes chave sugeridos:

a. Ferramentas de Recolha de Dados

O mecanismo M&A depende de uma recolha contínua e sistemática de dados tanto das organizações implementadoras deste projeto como dos intervenientes chave que participem ativamente nas atividades propostas.

Durante o projeto, será produzida documentação formal de modo a monitorar a participação dos intervenientes nas várias iniciativas. Isto irá assegurar um registo claro da participação e contribuição de diferentes agentes.

Para os materiais desenvolvidos obterem impacto e relevância, serão distribuídos questionários estruturados aos representantes do setor público, privado e social. Adicionalmente, para etapas chave do projeto que requerem um discernimento mais aprofundado, serão feitas entrevistas diretas a indivíduos para angariar dados qualitativos.

Finalmente, indicadores específicos serão estabelecidos para calcular o alcance e a eficácia dos materiais digitais, incluindo campanhas de sensibilização e outras produções de comunicação. Isto ajudará a avaliar o impacto mais geral do projeto bem como assegurar um progresso contínuo.

b. Métodos de Avaliação

Para avaliar o progresso de maneira eficaz, o enquadramento M&A irá adotar os seguintes métodos:

- Os Indicador-Chave de Desempenho (ICDs):
 - Número de trabalhadores migrantes legalmente empregados no setor agrícola.
 - Número de intervenientes a participar em atividades de consciencialização.
 - Número de sessões de formação realizadas e número de trabalhadores migrantes formados.
- Avaliações Iniciais e Finais:
 - Recolha de dados iniciais antes da implementação para estabelecer pontos de referência.
 - Avaliações finais para medir o impacto e eficácia da estratégia.
- Mapeamento do Resultado:
 - Monitorar o progresso em direção aos resultados esperados, assegurando que as atividades levam a mudanças concretas.
- Abordagem de Enquadramento Lógica (*Logframe*):
 - Mapeamento de contributos, atividades, conclusões e resultados esperados para avaliar a eficácia geral da estratégia.

c. Relatórios e Documentação

O mecanismo de monitorização e de avaliação irá incorporar um processo de documentação estruturado para monitorar a implementação de atividades e de etapas chave. Serão realizados relatórios de maneira paralela ao cronograma de relatórios internos do projeto e em colaboração com intervenientes relevantes e dinamizadores externos que apoiam as atividades.

Cada atividade será concluída com um relatório interno que irá resumir os desafios enfrentados e os principais conhecimentos adquiridos.

Adicionalmente, será feita uma avaliação abrangente anual que irá consolidar o progresso obtido, os desafios enfrentados e as lições adquiridas ao longo do ano.

Quando relevante, serão documentados separadamente estudos de caso específicos e iniciativas com mais êxito de modo a apoiar a sua reprodução em outras regiões ou após a duração do projeto.

d. Participação Contínua de Intervenientes e Reajustes de Atividades

Para assegurar a sustentabilidade e a recetividade, as seguintes medidas serão promovidas:

- Comunicação Frequente por Boletins Informativos: Intervenientes como ONGs, serviços governamentais e empresas agrícolas serão informadas de maneira frequente sobre novas oportunidades e resultados do projeto *Integrity* e receberão informação sobre como se poderão manter envolvidos.
- Reuniões Excepcionais para Partes Interessadas: Quando necessário, serão organizadas reuniões específicas com a rede de intervenientes para preparar e adaptar as atividades já existentes para responder às necessidades identificadas e para promover uma participação ativa e corresponsável.
- Comitês Consultivos: Compostos por especialistas e intervenientes para dar supervisão e orientação.

3. Alocação de Responsabilidade para o Mecanismo M&A

Para o propósito da avaliação da presente Estratégia de Integração Local é recomendado que o Comité de Direção M&A sirva como um órgão de coordenação central. Este Comité será responsável por acompanhar a recolha de dados, por fazer relatórios e pela integração de novas descobertas na implementação em curso da estratégia.

Os Intervenientes seguintes irão possuir um papel ativo na implementação e direção do processo M&A:

- Parceiros do projeto *Integrity* (em Portugal):
 - Instituto Marquês de Valle Flôr
 - Município do Fundão
- Autoridades públicas:
 - Municípios pertencentes ao RICD (Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento) e outras regiões geográficas interessadas na Integração de migrantes no setor agrícola
 - AIMA e funcionários públicos que trabalhem com o processo de legalização de migrantes
 - IEFP e outras agências que trabalhem com a capacitação e integração profissional
- Intervenientes Económicos e Sociais:
 - Empresas do setor agrícola e associações e cooperativas de Produtores Agrícolas
 - ONGs de apoio a migrantes e refugiados, como os CLAIM
 - Operadores da cadeia de abastecimento
 - Associações comerciais e redes de empregadores
- Instituições Académicas:
 - Universidades e institutos politécnicos condutores de pesquisas na área da integração de migrantes (cultural e profissional)
 - Organizações responsáveis por monitorar o alinhamento da legislação e as boas práticas

4. Integração com a Avaliação do Projeto *Integrity*

O mecanismo M&A será condizente com os Métodos de Avaliação e Garantia de Qualidade mais amplos do projeto *Integrity*, assegurando que:

- A avaliação condiz com os objetivos gerais de emprego legal e ético do projeto.
- As boas práticas são partilhadas entre os parceiros de projeto, facilitando a aprendizagem entre países.
- As descobertas informam as recomendações de políticas a nível local, nacional e da UE, contribuindo para melhorias sistémicas.

5. Conformidade com RGPD e Regulamento de Proteção de Dados

Toda a recolha de dados, armazenamento e realização de relatórios feitos sob o Mecanismo de Monitorização e Avaliação serão feitos de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e com as leis de proteção de dados europeias. Para assegurar a conformidade:

- Dados pessoais serão anónimos e processados com consentimento informado dado pelos participantes.
- Medidas de segurança de dados serão implementadas, assegurando acesso restrito a informação sensível.
- Princípios de minimização de dados serão aplicados, de modo a assegurar que apenas será recolhida informação necessária.
- Todas as ferramentas digitais e plataformas usadas para monitorar irão aderir aos padrões de privacidade e cibersegurança da UE.



Co-funded by
the European Union

Funded by the European Union. Views and opinions expressed are however those of the author(s) only and do not necessarily reflect those of the European Union or the European Commission. Neither the European Union nor the granting authority can be held responsible for them.